

Sumário

Apresentação	xvii
Prefácio à segunda edição.....	xix
Prefácio da primeira edição.....	xxiii
Introdução	xxv
CAPÍTULO 1 Corte Marítima Brasileira.....	1
1 Delineamento histórico	1
2 Composição do colegiado.....	8
3 Atribuição dos juízes.....	10
4 Corregedoria do Tribunal.....	11
5 Secretaria	11
6 Comissão de jurisprudência.....	12
7 Procurador especial da Marinha.....	12
8 Patrocínio.....	12
9 Garantias da ampla defesa e do contraditório.....	13
10 Competência.....	13
11 Jurisdição.....	16
CAPÍTULO 2 Procuradoria Especial da Marinha.....	19
1 Origem histórica.....	19
2 Competência	23
3 Composição e atribuições.....	25

CAPÍTULO 3 Do Procedimento Administrativo Marítimo	26
1 Da tramitação do procedimento administrativo	27
2 Dos prazos	27
3 Das penalidades cabíveis	28
CAPÍTULO 4 Acidentes e Fatos da Navegação	30
1 Do conceito de acidente da navegação	30
1.1 Naufrágio	30
1.2 Encalhe	31
1.3 Varação	34
1.4 Colisão	35
1.5 Abalroação	36
1.6 Água aberta	37
1.7 Incêndio	38
1.8 Explosão	38
1.9 Arribada	39
1.10 Alijamento	40
1.11 Avaria de risco	41
2 Do conceito de fato da navegação	41
2.1 O mau aparelhamento ou a impropriedade da embarcação para o serviço em que é utilizada e a deficiência da equipagem	42
2.2 Alteração da rota	42
2.3 Má estivação da carga, que sujeite a risco a segurança da expedição	43
2.4 Recusa injustificada de socorro à embarcação em perigo	44
2.5 Todos os fatos que prejudiquem ou ponham em risco a incolumidade e a segurança da embarcação, as vidas e as fazendas de bordo	44
2.6 Emprego da embarcação, no todo ou em parte, na prática de atos ilícitos, previstos em lei como crime ou contravenção penal, ou que sejam considerados lesivos à Fazenda Nacional	45
3 Das avarias marítimas	46
3.1 Avaria grossa ou comum	47
3.2 Avaria simples ou particular	48
4 Proposta de sistematização doutrinária dos acidentes e fatos da navegação	49
4.1 Avaria-dano	51
4.2 Avaria-despesa	52
CAPÍTULO 5 Do Inquérito Marítimo	55
1 Natureza jurídica	55
2 Da competência para instauração	56
3 Da competência consular	57
4 Das provas	58
5 Da oitiva das testemunhas	59
5.1 Notificação	59

5.2	Qualificação da testemunha	60
5.3	Capacidade para testemunhar	60
5.4	Compromisso de dizer a verdade	60
5.5	Possibilidade de assistência jurídica	61
5.6	Depoimento de estrangeiros.....	63
6	Do prazo para conclusão ou prorrogação	63
7	Da defesa prévia	63
8	Hipóteses de não cabimento de instauração do IAFN	64
8.1	Navios da Marinha do Brasil e de Estados estrangeiros	64
8.2	Arribada justificada	65
9	Do envio do inquérito ao TM.....	65
 CAPÍTULO 6 Do Processo Marítimo.....		66
1	Da instauração do processo marítimo	66
1.1	Por iniciativa pública.....	66
1.1.1	Por representação da PEM	67
1.1.2	Por decisão do próprio Tribunal.....	68
1.2	Por iniciativa privada.....	69
2	Da citação	70
3	Da defesa.....	73
4	Das audiências	73
5	Da instrução.....	74
5.1	Da prova.....	74
5.2	Da testemunha	76
5.3	Da perícia.....	77
6	Das alegações finais.....	78
7	Do julgamento	79
8	Dos recursos	82
8.1	Relevantes princípios gerais dos recursos	82
8.1.1	Taxatividade	82
8.1.2	Singularidade	83
8.1.3	Fungibilidade	83
8.2	Da <i>reformatio in pejus</i>	84
8.3	Dos recursos cabíveis no processo marítimo	85
8.3.1	Do agravo	85
8.3.2	Dos embargos de declaração (ED)	86
8.3.3	Dos embargos de nulidade (EN)	87
9	Das penalidades.....	89
 CAPÍTULO 7 Das Questões Polêmicas.....		92
1	Da não admissão do efeito suspensivo na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lesta).....	92
2	Do ato ilícito como prejudicial do mérito administrativo.....	94

2.1	Do conceito de prejudicialidade	94
2.2	Das características da questão prejudicial.....	95
2.3	Da prejudicialidade inserta no fato da navegação	97
3	Da violação da independência funcional dos representantes da Procuradoria Especial da Marinha (PEM).....	99
4	Da decadência e da prescrição na LOTM.....	102
4.1	Da decadência	102
4.2	Da prescrição.....	104
5	Da validade e da eficácia das decisões do TM	108
6	Análise técnica – náutica e jurídica – do naufrágio do Costa Concordia.....	111
6.1	Do navio e sua última viagem	112
6.2	Das normas internacionais para o <i>passage/voyage plan</i>	112
6.3	Da falácia de exposição do navio a perigo	113
6.4	Da inverdade sobre mudança de rota.....	114
6.5	Da colisão: primeiro acidente	115
6.6	Da varação. Do ato voluntário: segundo acidente	117
6.7	Do naufrágio: terceiro acidente.....	118
6.8	Da possível omissão de socorro	119
6.9	Dos juízos competentes	121
6.9.1	Administrativa	121
6.9.2	Civil.....	121
6.9.3	Penal	122
	Referências Bibliográficas	125
	Anexo: Legislação Pertinente.....	128
	Lei n. 2.180/54	128
	Lei n. 7.642/87	149
	Lei n. 9.537/97	151
	Decreto n. 2.596/98	158
	Lei n. 9.605/98.....	164
	Índice Alfabético-Remissivo	177